

Reformas

Arrocho, desemprego e miséria

As reformas consensuadas entre o governo Lula, empresários, banqueiros e centrais sindicais, longe de promoverem uma maior igualdade entre os brasileiros, aprofundam as injustiças e disparidades sociais. Ao contrário de um novo mundo, reforça-se o liberalismo pós-democrático, que restabelece o primado do econômico sobre o social

Com o início da globalização financeira, a partir dos anos 70 do século passado, e a emergência de uma nova etapa na ordem internacional com a “guerra das estrelas”, acelerada pela queda do muro de Berlim, pela implosão da União Soviética e consumada com o 11 de setembro, surge o liberalismo pós-democrático, tipicamente caracterizado pela “extinção do mito da representação política”.

O liberalismo pós-democrático restabelece o primado do econômico sobre o social na ideologia e nas decisões políticas,

subordinando-se ao processo de globalização. Para tanto, impõe a retração do Estado interventor e da regulamentação política, permitindo deste modo a emergência de forças melhor organizadas do mercado, em detrimento do pleno emprego e dos antigos direitos laborais, e a favor até de máfias que dominam enormes fatias da economia global como a droga, o tráfico de armas e de seres humanos. Há uma manifesta quebra do vínculo representativo entre eleitores e eleitos, ante a fragmentação do espaço público, o perecimento dos partidos (haja vista a promiscuidade reinante Roseana Sarney vai para o PMDB para ser ministra de governo petista!...) e o confinamento dos indivíduos em sua esfera privada. A globalização financeira continua sistematicamente na privatização dos serviços públicos e no dismantelamento da Previdência Social, da Saúde, Ensino, desencadeado segundo a mesma pela famosa “crise fiscal do Estado”.

Enfim o Brasil elege em 2002 Lula como presidente sob a égide da mudança, construída discursivamente por vinte anos. Acontece que a sua administração, em vez de se contrapor a essa ordem liberal pós-democrática, declinou de imediato da formulação de um projeto de desenvolvimento nacional e, ato contínuo, apresentou um cronograma de reformas acompanhado de todo um arsenal mi-



Greve dos servidores federais de 2004 fez parte de um processo crescente de resistência

diático e espetacular da necessidade das mesmas para promoção de uma maior igualdade entre os cidadãos. Desta forma, colocou em pauta a reforma da Previdência Social, alegando que não podia admitir disparidades entre trabalhadores celetistas e servidores públicos; a reforma tributária, necessária, alegadamente para “to-

“O liberalismo pós-democrático restabelece o primado do econômico sobre o social na ideologia e nas decisões políticas”

car” as grandes fortunas; a sindical, pretensamente para isentar os trabalhadores da contribuição sindical; a trabalhista, para “pro-

mo-
mover” mais emprego por via da flexibilização; e a da universidade, pois nesta só ingressam os filhos da burguesia. E por aí vai o “Dudismo” (mais espetáculo e menos política), levando a cabo

um processo político que adota a negativa explícita de encarar a crise como um desafio nacional. Assumindo, antes de tudo, a crise social como um subproduto da globalização e apostando na sua superação, a partir do investidor estrangeiro.

Assim sendo, o governo Lula tem submetido o país às exigências e ditames dos “investidores”, exibindo orgulhosamente, como um bom aluno pesaroso, diariamente nos telejornais da Globo os seus melhores desempenhos (Down Jones, superávit nas exportações, risco Brasil, ...) e apressando-se a fazer tábua rasa das proteções sociais e entregar ao mercado tudo o

ma por meio da aprovação e indução à previdência complementar, a ser administrada por fundos privados ligados ao sistema banqueiro e de seguros, que cresceram no país em patamares jamais alcançados. A investigação pública, a universidade é desamparada (meses houve em que a UFRGS não teve meios sequer para pagar sua conta de luz), ao mesmo tempo em que aumentam

as ajudas ao setor privado. Para sobreviver, o ensino superior estende a mão a fundos privados.

Muito embora ainda perplexa, a sociedade civil brasileira começa a reagir e a se organizar diante das reformas levadas a cabo pelo governo petista. No segundo semestre do ano passado, vimos as greves dos bancários, das universidades e dos servidores públicos, que serviram para limitar os

estragos e permitiram aos que as levaram a cabo (re)conquistar uma dignidade pessoal e coletiva e lançar na sociedade o clamor da necessidade urgente de um projeto de desenvolvimento nacional.



Marilinda da Conceição Marques Fernandes

(Advogada especializada em Direito Acidentário e Previdenciário, consultora jurídica do SindispREV-RS)